

Diminui a araucária e a saúde enfraquece: extração madeireira e saúde Kaingang

Decrease the araucária and health fills: the wood extraction and health Kaingang

Bruna Gama Gavério*

Palavras-chave:
Terra Indígena
Xaçepó
Kaingang
Extração Madeireira

Resumo: Habitada majoritariamente pelo povo Kaingang, a Terra Indígena Xiapecó/SC está localizada no oeste do estado de Santa Catarina. A região passou por grandes mudanças socioeconômicas, culturais e ambientais desde a chegada de imigrantes europeus. As políticas desenvolvimentistas efetuadas pelo Estado no decorrer do contato estabelecido com as populações indígenas e transformações nas suas práticas culturais cotidianas ocorreram principalmente na dieta alimentar e na saúde do povo, isso em conjunto com a dinamicidade das culturas, sobretudo quando elas estão em constante interação. Na Terra Indígena Xiapecó este contexto se dá após o ano de 1941 com a instalação do Posto Indígena, por meio do intervencionismo de estado com o Serviço de Proteção ao Índio.

Keywords:
Indigenous Land
Xaçepó
Kaingang
Wood Extraction

Abstract: Largely inhabited by the Kaingang people, the Xiapecó/SC Indigenous Land is located in the western part of the state of Santa Catarina. The region has undergone great socio-economic, cultural and environmental changes since the arrival of European immigrants. Based on developmental policies carried out by the State in the course of established contact with indigenous populations, transformations in their daily cultural practices occurred mainly in the diet and health of the people, in conjunction with the dynamicity of cultures, especially when they are in constant interaction. In the Xiapecó Indigenous Land this context occurs after the year 1941 with the installation of the Indigenous Post, through state interventionism with the Indian Protection Service.

Recebido em 31 de outubro de 2017. Aprovado em 26 de fevereiro de 2018.

A saúde indígena no Brasil: um breve contexto

Este artigo visa identificar a influência da exploração da madeira no cotidiano da vida dos Kaingang da Terra Indígena Xiapecó, interesse que surgiu a partir de saídas de campo para a Terra Indígena pelo financiamento do projeto OBEDUC/CAPES¹, tendo como foco principal o impacto na saúde e nas práticas cotidianas desse povo. Para tanto é necessário apresentar de forma introdutória um breve histórico sobre a saúde indígena no Brasil.

A situação de saúde dos povos indígenas no Brasil foi e é tratada na maioria das vezes com descaso pelo governo de estado brasileiro. Inicialmente com as políticas de concentração das populações indígenas, os chamados aldeamentos e/ou aldeias multiétnicas, eram utilizadas por missionários e pelo Estado (CUNHA, 1992, p. 13) sem qualquer diálogo com as especificidades culturais das práticas cotidianas que cada povo possui. Causando assim uma série de epidemias que desde o período colonial devastou aldeias gerando impactos na saúde dos indígenas, o que Almeida

* Acadêmica do curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC. Atualmente estagiária do Museu do Judiciário - Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Bolsista de Iniciação científica nos anos de 03/2013 até 07/2016, dentro do projeto OBEDUC "Ensinos, saberes e tradição: elementos a compartilhar nas escolas da Terra Indígena Xiapecó/SC", financiado no âmbito da CAPES/DEB/INEP. No Laboratório de História Indígena/LABHIN/UFSC. E-mail: <bruna_gaverio@yahoo.com.br>.

apresenta como “um verdadeiro intercâmbio de doenças” (2012, p. 3). Deste modo a concentração de um grande número de pessoas em um espaço limitado e ainda a enorme falta de estrutura e recursos, favoreceu a amplificação dos contágios.

Posteriormente, foi criado um órgão de Estado que ficou responsável pela saúde das populações indígenas. O Serviço de Proteção ao Índio (SPI) criado em 1910, inicialmente como Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), logo passou a tratar exclusivamente das “questões indígenas”, sendo que em grande parte do século XX as relações com os povos ameríndios eram tratadas como um problema, e então em 1918 o governo se viu na necessidade de um órgão direcionado somente aos povos indígenas nacionais (RIBEIRO, 1996, p.147-148).

Com advento da república, há um afloramento do nacionalismo entre as classes dominantes em conjunto a seus interesses econômicos. As elites nacionais que detinham controle das estruturas de poder nesse período criaram uma visão do indígena, como o atraso ao desenvolvimento da nação. Esta linha de pensamento tornou-se determinante para os rumos das políticas desenvolvimentistas realizadas pelo Governo na época. Então a existência desse tipo de pensamento foi o ponto condutor para toda “a formulação da nova política indigenista, baseada no evolucionismo humano, onde os positivistas acreditavam que os índios estivessem na etapa ‘fetichista’ do desenvolvimento do espírito humano” (RIBEIRO, 1996, p. 154) e para que essa política funcionasse era necessário que o indígena fosse incorporado nos meio de produção. Na tentativa de transformar o indígena em trabalhador rural, para que esse produzisse em prol do desenvolvimento do Estado Nacional. Em vista disso este foi o direcionamento dado às ações indigenistas o que ocasionou uma forte opressão/repressão sobre os povos indígenas. Portanto, com esses ideais de civilização embutido nos sentidos republicanos que

o Serviço via no sanitário/higienização um instrumento para impor padrões de moralidade,

comportamentos e ainda incutir na mentalidade dos índios a ideia do trabalho. Nesse sentido, muitos convênios foram estabelecidos entre o Serviço e instituições científicas ligadas a medicina durante todo o período de existência do SPI. Contudo, as medidas propostas por estas instituições não levavam em conta a especificidade da questão indígena, culturalmente distinta, não somente entre si, mas diante da população não indígena do país. (OLIVEIRA, 2011, p. 1)

No entanto, entre a teoria e a realidade da ação governamental nos territórios indígenas há um grande distanciamento. As visitas dos profissionais de saúde eram feitas de formas esporádicas, embora diversos convênios fossem fixados como vimos acima, e somente quando as doenças passassem a atrapalhar a produção do trabalho indígena, passamos a ver aqui um projeto de sociedade voltado aos povos ameríndios, direcionado para a tentativa de transformação objetificando uma imagem de trabalhador nacional visto que “em geral, a ideia do sanitário acompanha as propostas de trabalho e civilização” (OLIVEIRA, 2011, p. 3)². E que somente assim os mesmos não seriam um empecilho ao desenvolvimento nessa corrente de pensamento.

Envoltos por esta lógica de sociedade desenvolvimentista a mão de obra indígena passou a ser explorada compulsoriamente pelos funcionários e chefes de postos indígenas, que foram criados em diversas aldeias.

Os problemas do SPI tornaram-se públicos ainda na década de 1950, com denúncias de corrupção, transgressões e desmandos administrativos da agência. Foi entre 1962 e 1967 que inquéritos foram instaurados no Ministério da Agricultura para averiguar irregularidades. (ALMEIDA; NÖTZOLD, 2013, p. 4-5).

Surgem no contexto da década de 1960, diversas CPIs e os relatórios produzidos por Jader Figueiredo, em que inúmeros crimes cometidos por funcionários do SPI³ são denunciados. Inclusive na mídia da época, o jornal *O País* na edição de 12 de

abril de 1968 (RELATÓRIO FIGUEIREDO, v. 29, p. 6635) apresenta essas denúncias de corrupções administrativas, dando ares para o aparecimento de uma nova gestão institucional que vem a surgir com a extinção do Serviço de Proteção ao Índio, a Fundação Nacional do Índio, FUNAI.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a saúde passa a ser um direito universal. Advinda de um contexto recheado de reformas sanitárias, que foram iniciadas através de uma grande movimentação por parte dos movimentos sociais organizados nos anos de 1970 e 1980, que reivindicavam a função do estado de levar saúde a todos os segmentos da sociedade objetivando uma cobertura universal (GARNELO, 2012, p. 22-23). Do momento em que a saúde se tornou um direito universal, passa a ser um dever e responsabilidade da União a garantia do direito a saúde indígena também, como estabelecido pela Constituição, no artigo 22, onde estão determinados quais as competências a serem cumpridas.

Logo na década de 1990 surge o Sistema Único de Saúde/SUS, que possui como seus princípios promover a inclusão social, a prevenção de doenças, entre outros. Nessa conjuntura é criada a Fundação Nacional de Saúde/FUNASA (1991)⁴.

Percebe-se então a necessidade de um subsistema específico para as populações indígenas. Partindo desta necessidade foi criado o projeto de lei Arouca (nº 9.836)⁵, aprovada no Congresso Nacional no ano de 1999. Na mesma década diversos decretos presidenciais retiraram da FUNAI algumas atribuições nas questões indígenas, que então foram repassadas para seus respectivos ministérios, como as ações de saúde, por exemplo, que ficaram ao encargo do Ministério da Saúde.

Esta proposta foi regulamentada pelo decreto nº 3.156, (...), que dispõe sobre as condições de assistência à saúde dos povos indígenas, e pela Medida Provisória nº 1.911-8, que trata da organização da Presidência da República e dos Ministérios, onde está incluída a transferência de recursos humanos e outros bens às atividades de assistência à saúde da FUNAI para a FUNASA, e pela Lei nº 9.836/99, (...), que estabelece o Subsistema de Atenção

à Saúde Indígena no âmbito do SUS. (MAGALHÃES, 2005, p. 279-280).

A responsabilidade pela saúde indígena da FUNAI é então transferida para a FUNASA o que acabou “ocasionando um aumento na burocracia para aquisição de materiais utilizados nas unidades de saúde pelos profissionais” (GARNELO, 2012, p. 48). Isso ocorreu devido a uma série de políticas de descentralizações que foram costumeiras durante o governo que se estabeleceu na década de 1990, que por sua vez, culminou em uma rede de hierarquização dos serviços que passou a resultar na precarização do atendimento à saúde das populações indígenas.

Buscando o conceito de saúde utilizado para a criação de políticas públicas para os Povos Indígenas do país, a formulação do mesmo passa pelas condições de moradia/habitação/lazer, assim sendo, é necessário reconhecer as especificidades culturais indígenas no momento da criação e na direção dos projetos para as populações indígenas.

Os Kaingang – corpo e natureza

Os nossos sujeitos presentes neste trabalho, o povo Kaingang, pertence ao Tronco Linguístico Macro-Jê. No Brasil, atualmente existe uma diversidade muito grande de línguas indígenas⁶, essas por sua vez são classificadas em troncos e famílias linguísticas, é possível acessar esta informação no site do instituto socioambiental, onde há periodicamente atualização de acordo com os senso aplicados.

Seus territórios históricos tradicionalmente ocupados encontram-se nas partes mais altas de quatro estados brasileiros, que são eles São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, localizados nas regiões de planaltos (D'ANGELIS, 2006, p. 268), onde havia a predominância das matas de Araucárias nas paisagens.

Pesquisas arqueológicas realizadas nos lugares de ocupação Kaingang, abordadas acima, desnudam que a passagem de povos falantes da língua Jê sobre as regiões de planalto são muito antigas.

A relação constituída entre homem e natureza é fundamental para a compreensão da organização social e da visão de mundo desse povo. A cosmovisão Kaingang está cercada pelas relações que foram estabelecidas por eles com seu território, sendo assim, “apresentam papel significativo na existência dos universos humanos, natural e sobrenatural” (ALMEIDA, 2012, p. 319).

O contato com o não indígena e o povo Kaingang ocorreu de forma mais intensa no século XIX e início do século XX, devido aos “estudos etnográficos que passaram a ser prática no Brasil naquele momento” (ALMEIDA; NÖTZOLD, 2012, p. 281) e as imigrações europeias destinadas para as regiões habitadas pelos mesmos, como Borba (1908) que coletou o mito de origem do povo, na etnografia a qual ele escreveu. O nascimento do povo no mito é o elo que estabelece a relação entre homem e meio ambiente que o circunda, caracterizado pela terra. No mito, os Kaingang, após um dilúvio em que se afogaram e morrerem, e em seguida nascem da terra. Quando as águas foram diminuindo ouviam o canto das saracuras. Posteriormente os animais que ali estavam ensinaram (BORBA, 1908, p. 20-22) as práticas, o modo de vida, que fazem parte de sua cultura tradicional Kaingang. Estas relações criadas entre sociedade e ambiente indica o que Almeida (2012) coloca em sua narrativa como *habitus* social do povo (p. 319).

Baseada no dualismo, as metades clônicas fazem parte da organização social deste povo, que regem diversas dimensões da vida, principalmente no que toca às questões da sociabilidade Kaingang. A classificação da categoria de natureza para o povo é o que determina o vínculo com seu ambiente físico, espaço de sobrevivência e de reprodução cultural (TOMMASINO, 2002, p. 81).

Dentro de sua lógica cultural, os Kaingang possuem suas concepções de tempo e espaço da qual diferem da visão ocidental de mundo, ou seja:

Território, para os Kaingang, também é o espaço onde habitam os espíritos de seus ancestrais e outros seres sobrenaturais. É onde estão enterrados os seus mortos e onde os vivos pretendem ‘enterrar os seus umbigos’. (...) A concepção indígena de território tem,

assim, uma dimensão sociopolítico-cosmológica muito mais ampla do que na concepção do branco. Pode-se afirmar que os Kaingang dependem, na construção de sua identidade (...), dessa relação mitológica com seu território. (TOMMASINO, 2002, p. 84).

Na construção do sujeito social Kaingang, os vínculos com o território são fundamentais para a constituição e fabricação dos corpos, físico e cultural. Assim como as metades clônicas Kaingang, Kamé e Kainhru, a noção de pessoa funciona como produto das relações estabelecidas entre natureza e sociedade, trabalhando os elementos em complementaridade e reciprocidade.

A categoria da pessoa para os Kaingang (...) o modelo proposto por Viveiros de Castro (2002), onde a divisão entre o corpo e a alma manifesta uma polaridade que (...) traduz o cerne da questão sobre a concepção de tal categoria para grupos ameríndios. Assim, a noção de pessoa Kaingang é o conjunto dos elementos práticos e simbólicos que envolvem a construção do corpo e a nomenclatura. O nome, relacionado ao espírito, indica o caráter e atuação do corpo, expressa em suas práticas, as relações também de afinidade. Seria o nome, assim, o elo que materializa a relação entre o *socius* e o cosmos. (ROSA, 2008, p. 23).

Contudo, não podemos deixar de lado os processos históricos vivenciados por esse povo. Com o início das missões jesuíticas e as políticas de aldeamentos dos povos indígenas, já mencionado, estes aldeamentos, em um primeiro momento, foram administrados pelos missionários jesuítas e “tinham como objetivo fazer com que os indígenas se adequassem aos costumes dos não índios” (NÖTZOLD; ROSA, 2011, p. 18). Esses objetivos de “branqueamento” não se limitaram somente no momento em que a administração dos aldeamentos era função dos missionários, mas também quando a administração passou a ser feita por órgãos do estado, naquela lógica de transformar o indígena em um trabalhador rural nacional.

Tendo em mente esse contexto, como formas de resistência e sobrevivência os Kaingang

realizaram (re)significações em suas práticas culturais. O que, por conseguinte, não impediu que esses indígenas continuassem dentro de sua própria lógica cultural, o corpo continua sendo “entendido enquanto um conjunto de sentidos que congrega os aspectos sociais, biológicos e culturais, constituindo uma identidade social no qual ele é o produto e produtor da estrutura e da cosmologia” (ROSA, 2008, p. 31-32). Portanto, ao pensarmos o modo de vida Kaingang, não podemos deixar de lado a importância dos recursos fornecidos pela natureza e como influenciam nas práticas sociais cotidianas, os sentidos e representações expressadas por meio do corpo e como este é constituído.

Extração de madeira e a saúde Kaingang

Conforme mencionado no tópico anterior, os territórios históricos do povo Kaingang foram locais com abundância de recursos naturais, principalmente as Matas de Araucárias, despertando assim interesses econômicos de terceiros. Torna-se ainda mais evidente o interesse pelas localizações quando a coroa, na época do império, decide pelo “avanço das frentes pastoris, buscando novos campos para a criação de gado” (D’ANGELIS, 2006, p. 275). Assim, como parte da geopolítica adotada pelo governo imperial por demanda de terras (BRINGMANN, 2015, p. 58), a colonização do oeste catarinense também foi impulsionada por políticas expansionistas, principalmente das frentes pastoris e extrativistas. Essas frentes foram usadas como justificativas das chamadas “guerras justas”, marcada por muitos conflitos com os povos indígenas.

Como abordado pela grande maioria dos autores utilizados neste trabalho, durante todo o processo histórico pelo qual o país passou, um dos maiores problemas que permeou essa trajetória foram as questões de fronteiras, devido às proporções continentais do Brasil.

O oeste catarinense e parte do território do oeste paranaense, terras que fazem parte da extensão habitada pelas populações Kaingang, a questão de fronteira desenvolveu-se em disputas

intensas com a vizinha Argentina. “Após uma decisão por meio do arbitramento internacional que foi favorável ao Brasil, utilizando do argumento de que a região em disputa continha em sua maioria habitantes brasileiros” (FERRARI, 2010, p. 72-73), amenizando assim mais um problema fronteiriço. Em vistas de diversos conflitos nesse quesito, sejam conflitos internacionais ou nacionais “a soberania brasileira ameaçada na região, o governo brasileiro resolve levar a cabo o projeto idealizado pelo Decreto Imperial nº 2.052 (...) que tratava da criação de (...) colônias militares no território da então Província do Paraná” (BRINGMANN, 2015, p. 61), após um bom período desse decreto de 1859 surgem instalações de Colônias militares do Xapecó e Chopim. Medidas como essas foram tomadas pelo governo com fins protecionistas de suas terras.

Em ambos os países, esses locais desenvolveram economias exploratórias da extração de erva-mate e também da madeira.

As empresas colonizadoras claramente foram favorecidas por medidas governamentais, que visavam o aclamado desenvolvimento da nação. O “governo do estado de Santa Catarina repassou essas terras para as empresas colonizadoras (...)” (BRIGHENTI, 2012, p. 113) visando à ocupação das terras por colonos europeus, como as empresas as citadas pelos autores D’Angelis (2006) e Brighenti (2012) em seus trabalhos, a Empresa Luce, Rosa & Cia e outras companhias colonizadoras que também lucraram com essas medidas. Além de atuarem em territórios Kaingang também operaram em territórios Xokleng na mesma lógica de exploração, alcançando assim lucros exorbitantes com a exploração a partir da retirada da madeira e dessas terras após a máxima extração de seus recursos naturais (ver também em BRIGHENTI, 2012).

Ao enraizarem o discurso pejorativo construído sobre as sociedades indígenas, suas terras foram diretamente atacadas com o intuito de produção agrícola extensiva. A extração da erva-mate foi uma produção “extremamente importante [economicamente], sobretudo na região sul do Brasil a partir da segunda metade do século XIX, até aproximadamente 1930” (FERRARI, 2010, p. 135).

Com o propósito de dar continuidade às políticas que eram de caráter desenvolvimentistas

direcionadas às populações indígenas, o SPI instalou o Posto Indígena Xapecó em 1941. Na mesma década em que há valorização do comércio da madeira devido ao contexto econômico mundial de uma grande guerra.

Nötzold e Almeida (2012) abordam como os postos indígenas ficavam sob tutela do SPI e que as atividades eram exercidas de acordo com as ideias pressupostas por este órgão. O chefe de posto fazia parte desta estrutura tendo sua função designada para [sic] “em todos os postos manter os índios aldeados por meio de normatização e ‘proteção’ e ainda ser responsável pela organização e promoção do trabalho agrícola e pecuária” (ALMEIDA; NÖTZOLD, 2012, p. 293). O posto deveria assim atingir sua autossuficiência. Em busca dessa subsistência, o comércio da madeira foi uma via utilizada por diversas administrações que passaram pelo PI como forma de economia extrativista dentro da TI Xapecó. Em proveito desta forma administrativa exercida pelo órgão indigenista, muitas empresas colonizadoras no oeste catarinense lucraram de maneira exorbitante em diversos setores de exploração da área indígena.

Antonio Selistre de Campos, juiz de Direito da cidade de Chapecó/SC, “começou a manifestar-se a favor dos Kaingáng por meio da publicação de artigos de jornais” (MANFROI, 2008, p. 12). A *Voz de Chapecó*, jornal onde ficou registrada a atuação do juiz, foi um mecanismo importante de denúncias direcionadas às diversas fases de administração do órgão indigenista dentro da TI Xapecó, como os casos das serrarias e a péssima condição de saúde vivenciada dentro da terra indígena.

Em outro momento também podemos observar outros interessados reivindicando terras dentro dos perímetros indígenas para extração dos recursos naturais, tendo essa atividade como forma de obtenção de seus lucros particulares:

Os interesses sobre as terras indígenas, neste caso de estudo de Xapecó, não se resumiam apenas à reivindicação de Eleutério Lemos, dos herdeiros de José Joaquim Gonçalves e de Berthier de Almeida. As terras Kaingang passaram a ser normatizadas, seja pelo SPI por meio do desenvolvimento da agricultura

(plantio de trigo, feijão, milho e outras lavouras) e da pecuária (bovinos, equinos, muares e suínos), como também exploradas economicamente pelo intrusamento de não indígena que buscava arrendar lotes de terra e/ou extrair erva-mate e madeiras de lei por meio de contratos com os Kaingang e com a chancela dos chefes de posto. (ALMEIDA; NÖTZOLD, 2012, p. 290).

As economias de extração dos recursos naturais geraram impactos acentuados nos modos de vida dos Kaingang, tanto que “Selistre de Campos escreveu artigos fazendo diversas denúncias sobre o estado de saúde em que a comunidade se encontrava e os modos como os indígenas eram tratados pelos agentes que trabalhavam no posto” (MANFROI, 2008, p. 88). A visão administrativa empreendedora capitalista dominou a perspectiva adotada pelo órgão indigenista, na década de 1960, que o próprio abriu concorrência em forma de licitação para extração e venda de pinheiros, o que acabou principiando a entrada de serraria dentro da área indígena cada vez mais (D’ANGELIS, 2006, p. 328). Mesma década onde o SPI é substituído pela FUNAI, que por sua vez, dá a continuidade nas políticas adotadas dentro das Terras Indígenas no Brasil e na década seguinte desenvolve o “Projeto Pinho” e passa a dar segmento à extração, mesmo que realizada de outra maneira, atestando o “aproveitamento de madeiras mortas, mas a prática demonstrou um projeto empresarial de esgotamento” (SANTOS, 1970, p. 65-66).

Esses impactos afetam diretamente as “relações criadas entre homem e natureza como forma de relação estabelecida pelo povo com o território” (ALMEIDA, 2012, p. 320), esse vínculo estabelecido com a terra é ainda mais fortalecido pela mitologia do povo Kaingang nos relatos etnográficos já abordados. Para esse povo, o pertencimento a terra e o uso dado ao meio que circunda sua vivência fazem parte de sua cosmovisão, principalmente ao construírem sua identidade como Kaingang.

Como podemos perceber na Figura 1, que mostra a transformação na cobertura floresta da TI Xapecó.



Figura 1: Perspectiva da cobertura florestal da Terra Indígena Xaçepó e Glebas A e B para os anos de 1975, 1985, 1995 e 2008.

Fonte: Elaborado pelo geógrafo Alexandre L. Rauber e por Carina S. de Almeida a partir das imagens de satélites LandSat – MSS, 1975. LandSat – TM5, 1985. LandSat – TM5, 1995. Cbers – HRC, 2008, todas disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais/INPE. Acervo LABHIN/UFSC, 2015.

Com os esgotamentos da fauna e da flora, um dos principais alimentos que se constitui como uma importante fonte nutricional para o dia a dia, o pinhão, fruto das árvores de araucária, tornou-se escasso na dieta Kaingang. A coleta desse alimento “era umas das práticas fundamentais dos Kaingang” (OLIVEIRA, 2009, p. 60), onde a concentração de nutrientes no alimento é necessária para as épocas mais frias, sendo também realizada a colheita nesse mesmo período do ano, e em consequência da falta dessa fonte nutricional começou gradualmente uma ocidentalização das refeições com o aumento das compras alimentícias feitas nos comércios da região.

O consumo de alimentos industrializados chamados de “comida fraca” por Oliveira (2009, p. 60) passa a afetar diretamente a saúde e a como é pensada a configuração dos corpos do povo Kaingang, ou seja, por terem baixas cargas nutricionais, os alimentos industriais podem e muitas vezes são prejudiciais à saúde, causando assim um déficit nutricional que acaba se tornando inevitável pelo esgotamento dos recursos naturais.

Tendo em vista que dentro da TI Xapecó muitos possuem uma pequena roça e/ou horta para o cultivo de sua alimentação básica (Dados extraídos do instrumento 2/2013 e 3/2013, aplicado no âmbito do OBEDUC 2012 “Ensino, Saberes e Tradição: elementos a compartilhar nas Escolas da Terra Indígena Xapecó/SC”: Doc. LABHIN/UFSC, 2013.) e aqueles que detêm uma maior porção de terra cultivada para vender o que foi produzido, em forma de arrendamento. A forte exploração da madeira resultou na escassez de diversas matérias-primas e da biodiversidade local, que por sua vez interfere diretamente na maneira Kaingang de se alimentar. Sendo “no tempo dos antigos”, onde há relatos dos próprios indígenas (CADERNO DE CAMPO, 2013), existia uma abundância de alimentos que anteriormente eram provenientes das matas locais e, portanto pouca coisa era comprada nos comércios vizinhos. Os proprietários eram colonos, o que muitas vezes acaba causando conflito devido toda à carga histórica de preconceito e exclusão, criada e tensionada desde o instante da chegada dos primeiros colonos.

Não, aquele tempo era pior. Hoje em dia o índio tá...tá...tá ruim de vivê. Tem que vivê só no comprado, aquele que não pranta né? Tem muitos que não gostam quase de prantá. Naquele tempo os índio prantavam, tudo que era coisa. Hoje é difícil cruzá numa casa que tenha um pé de mio prantado mesmo. (RODRIGUES, 2012, p. 238. Entrevista realizada por BRINGMANN, ALMEIDA E SILVA. Acervo LABHIN/UFSC).

As atividades para fins de pesca, coleta e caça passaram a ser realizadas em menores escalas, algumas chegam a ser quase nulas, sendo que a proteína do peixe não faz parte da alimentação central dos Kaingang. Atualmente esses tipos de atividades viraram práticas para fins de lazer devido à escassez das carnes de caça.

O desmatamento que aconteceu em larga escala originou a “necessidade de o indígena vender sua mão de obra para garantia de uma renda” (SANTOS, 1970, p. 49), o que acaba influenciando diretamente nos hábitos alimentares e de saúde em geral praticados por eles. Assim, o trabalho na agricultura tornou-se muito comum, pois iam trabalhar na roça do colono, o que muitas vezes impedia esses indígenas de cultivarem sua própria horta a fim de conseguir sua subsistência.

É nós quando viemo aqui sofremo muito. Eu sofri porque eu tinha só essa menina, quando eu vim morar aqui. E daí eu tinha que trabaia fora, custei a trabaia fora nós vivia no mato. Que nós aquele tempo a gente não tinha banha, não tinha nem o sal, tinha que trabaia fora pa comprar o sal né. Dai eu comprava, nós comprava de bojo de sal porque ninguém tinha. (ANTUNES, EVA, 2014, p. 03. Entrevista realizada por ROSA. Acervo do entrevistador).

Dona Eva Antunes, mora na aldeia Linha Limeira dentro da TI pertence à etnia Guarani, mas seu relato expressa bem a realidade dos trabalhos fora da aldeia, nos cultivos de terceiros, especialmente de colonos, impossibilitando cultivo próprio.

Em consequência desta violência simbólica, que se traduz em uma forma de impedimento da realização de práticas cotidianas do modo de vida dos povos indígenas, a ocidentalização da dieta de determinadas famílias ocorreu de maneira mais acentuada, o que causou o aumento considerável de doenças crônicas desenvolvidas pela população conforme uma entrevista realizada por Manfroi com agentes do posto da saúde da TI com Silvana Sequinato (2008, p. 3).

Além das doenças crônicas, outro item considerável é a desnutrição, doenças essas que foram adquiridas pelos indígenas durante as mudanças ocorridas em seu cotidiano no contato com o não indígena, modificando assim a constituição das diversas estruturas da vida indígena. O desenvolvimento das doenças crônicas, desnutrição e por sequência a obesidade são comuns por todo país dentro das áreas indígenas (LEITE, 2012, p. 161-163), doenças que são mais frequentes nas famílias que não têm o costume do plantio de roça, por exemplo, aquelas famílias que moram em aldeias mais populosas tendem a ter menos espaço para o plantio e há também o fator de uma certa estabilidade econômica de alguns núcleos familiares que acabam comprando quase que toda a alimentação consumida nos mercados da região (OLIVEIRA, 2009, p. 51).

Seguindo a lógica proposta por Oliveira em sua dissertação, citada acima, há famílias onde a renda mensal não é estável e o cultivo das hortas e roças se dá com maior frequência, porque estas irão realizar as compras nos mercados em volta da TI e somente de produtos de primeira necessidade, os mais comuns como: açúcar, sal e banha etc., tirando o restante da alimentação diária da sua agricultura de subsistência e que de modo geral é plantada nos fundos de suas casas.

Considerações finais

No decorrer dos anos desde o período de imigração dos colonos, final do século XIX e início do XX, até os dias atuais podemos perceber que as formas de políticas adotadas e direcionadas aos povos indígenas em território brasileiro sempre

foram (em suas diversas formas e aplicabilidades) violentas tanto de maneira física quanto simbólica.

A Terra Indígena Xaçupé/SC é um exemplo das maneiras abusivas e intrusivas de atuação do Estado, intervenções diretas e indiretas das ações realizadas por órgãos governamentais que possuíam aquela mentalidade de progresso da nação advinda de um nacionalismo crescente. A questão do sentimento de progresso foi um meio de justificativa para a execução de diversas políticas de cunho desenvolvimentista e os indígenas não eram vistos como parte deste progresso causando discussões intensas: integração à sociedade nacional ou o extermínio desses povos indígenas? Se tirarmos um breve instante de reflexão há momentos em que vemos esse pensamento ainda inserido no ideário do senso comum da sociedade brasileira contemporânea.

Ao visualizar esses processos históricos, pelos quais as populações indígenas passaram ao longo da história do país, podemos perceber essas práticas dentro da TI Xaçupé/SC, afetando diretamente o modo tradicional de vida Kaingang e suas práticas cotidianas. O que nos leva ao foco desta pesquisa, onde as profundas marcas deixadas na paisagem local com a intensa extração dos recursos naturais a necessidade da resignificação, das transformações e também de resistência nos mais variados âmbitos desse dia a dia Kaingang, pois as trocas entre homem e natureza estabelecem as formas com que os sujeitos sociais foram construídos na cultura Kaingang.

A saúde deve ser vista de modo universalizante e como base fundamental da sobrevivência e da própria vivência dos povos, sejam eles indígenas ou não, isso deve ocorrer principalmente com atenção aos cuidados básicos de saúde. Em ambos os casos (indígenas e não indígenas) existem fatores econômicos, sociais, culturais e de poder que possuem gigantescas influências e que por vezes determinam o meio de vida das pessoas, o que finda também a maneira pela qual a saúde pode ou não ser vista por membros de uma sociedade e/ou comunidade, o que irá determinar os contornos da aplicabilidade de suas políticas. Muitas vezes são os contornos dos interesses políticos e econômicos

que sobressaem no momento de formulações e planejamentos dos projetos voltados para a saúde pública em geral e acabam afetando o modo como isso chegará às populações indígenas, onde existem especificidades que não podem e nem devem ser ignoradas nas horas decisivas, pois as decisões refletem diretamente dentro dessas comunidades por todo o país.

Notas

1 O projeto Ensino, Saberes e Tradição: elementos a compartilhar na Terra Indígena Xaçepó/SC – OBEDUC/CAPES, realizado pelo Laboratório de história Indígena/UFSC, abriu possibilidades de pesquisa durante a graduação de história pela UFSC, resultando em um Trabalho de conclusão de curso e desdobrando neste artigo, tirando como base inicial anotações no caderno de campo utilizado durante as saídas realizadas.

2 No trabalho da autora citada é possível observar algumas representações das relações entre trabalho e sanitarismo elaboradas pelo Serviço de Proteção ao índio, como o uso de roupas brancas por exemplo.

3 A partir deste momento passarei a referir ao Serviço de Proteção ao Índio pela sigla SPI.

4 Para maiores informações sobre a história e origem do órgão governamental acessar: <<http://www.funasa.gov.br/site/museu-da-funasa/cronologia-historica-da-saude-publica/>>.

5 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9836.htm>. Acesso em: 25 jun. 2014.

6 Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/c/no-brasil-atual/linguas/troncos-e-familias>>. Acesso em: 10 jul. 2017

Referências

ALMEIDA, Carina dos Santos de. Tempo e narrativa: os Kaingang na etnografia e etnologia e as relações entre homem e natureza. Contribuições para a etno-história e história indígena. In: NÖTZOLD, A L V.; ROSA, H A; BRINGMANN, S F(Orgs.). **Etno-história, história indígena e educação: contribuições ao debate**. Porto Alegre: Pallotti, 2012, p. 319-345.

_____. NÖTZOLD, Ana Lúcia V. A luta pela terra em território Kaingang: os conflitos na Terra Indígena Xaçepó (SC/Brasil) ao longo do século

XX. **Anos 90** (Online), Porto Alegre, v. 18, 2012, p. 279-303. Acesso em: 5 set. 2017.

_____. COMO “CIVILIZAR” O ÍNDIO?! O Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e a integração Kaingang no sul do Brasil: o Posto Indígena Xaçepó (SC) entre práticas de desenvolvimento e controle social. In: **Anais eletrônicos do XXVII Simpósio Nacional de História da ANPUH: Conhecimento histórico e diálogo social**. Natal/RN, 2013, p. 1-17.

_____. O impacto da colonização e imigração no Brasil Meridional: contágios, doenças e ecologia humana dos povos indígenas. **Tempos Acadêmicos**. América do Norte, dez. 2010.

ANTUNES, Eva. 77 anos. **Entrevista concedida a Helena Alpini Rosa, Aldeia Linha Limeira, TI Xaçepó**. Transcrição de Bruna Gama Gavério, 2014. Acervo do Entrevistador, 2014.

BORBA, Telémaco M. **Actualidade Indígena (Paraná, Brasil)**. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1908.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Lei Arouca: a Funasa nos 10 anos de saúde indígena/Fundação Nacional de Saúde**. Brasília: Funasa, 2009.

BRASIL. Ministério do Interior. **Relatório Jader Figueiredo 1967-1968**. 10/09/1968. Disponível em: archive.org/search.php?query=creator%3A%22Jader+de+Figueiredo+Correia%22 Acesso em: 10 maio 2014.

BRIGHENTI, Clovis A. **O movimento indígena no oeste catarinense e sua relação com a igreja católica na diocese de Chapecó/SC nas décadas de 1970 e 1980**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, PPGH 2012.

BRINGMANN, Sandor Fernando. **Entre os índios do Sul: uma análise da atuação indigenista do SPI e de suas propostas de desenvolvimento educacional e agropecuário nos postos indígenas Nonoai/RS e Xaçepó/SC (1941-1967)**. 2015. 452 p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, PPGH, 2015.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução a uma história indígena. In: _____. **História dos Índios do Brasil**. São Paulo: Cia das letras, 1992, p. 9-24.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Para uma história dos índios do oeste catarinense. In: **Cadernos do CEOM: CEOM 20 anos de memória e Histórias do Oeste de Santa Catarina**. Chapecó: Argos, 2006. Ano 19, n. 23.

FERRARI, Maristela. **Conflitos e povoamento na fronteira Brasil-Argentina: Dionísio Cerqueira (SC), Barracão (PR) e Bernardo de Irigoyen (Misiones)**. Florianópolis: Ed da UFSC, 2010.

GARNELO, Luiza. Política de saúde indígena no Brasil: notas sobre as tendências atuais do processo de implementação do subsistema de atenção à saúde. In: GARNELO, Luiza; PONTES, Ana Lúcia. **Saúde Indígena: uma introdução ao tema**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação continuada, alfabetização, diversidade e inclusão, 2012, p. 18-58.

LEITE, Mauricio S. Nutrição e Alimentação em Saúde Indígena: notas sobre a importância e situação atual. In: GARNELO, Luiza; PONTES, Ana Lúcia. **Saúde Indígena: uma introdução ao tema**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação continuada, alfabetização, diversidade e inclusão, 2012, p. 156-183.

MAGALHÃES, Edvard Dias (Org.). **Legislação indigenista brasileira e normas correlatas**. Brasília: FUNAI/CGDOC, 2005.

MANFROI, Ninarosa Mozzato da Silva. **A história dos Kaingang da terra indígena Xapecó (SC) nos artigos de Antônio Selistre de Campos: jornal a Voz de Chapecó 1939-1952**. Florianópolis, SC. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, PPGH, 2008.

OLIVEIRA, Philippe Hanna de Almeida. **Comida forte e comida fraca: alimentação e fabricação dos corpos entre os Kaingang da terra indígena Xapecó (Santa Catarina, Brasil)**. Florianópolis, SC. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, PPAS, 2009.

OLIVEIRA, Priscila E. de. Ideias, escopetas e bacilos: política de saúde do SPI e a experiência da IR7. In: **XXVI Simpósio nacional de história, São Paulo – USP**, 2011, p. 1-16.

_____. Transformar o índio em um índio melhor: saúde e doença no contexto do indigenismo (1914-1967). In: FREIRE, Carlos Augusto Rocha (Org.). **Memória do SPI: textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)**. Rio de Janeiro: Museu do Índio-FUNAI, 2011, p. 191-200.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RODRIGUES, Noé. 89 anos. **Entrevista concedida a Sandor F. Bringmann, Carina S. de Almeida e Luana M. da Silva, Aldeia Sede, TI Xapecó**. Transcrição de Sandor F. Bringmann. 9 de maio de 2012. Acervo LABHIN/UFSC, 2015.

ROSA, Patrícia C. A noção de Pessoa e a Construção de Corpos Kaingang na sociedade Contemporânea. In: **Espaço ameríndio**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, jan./jun. 2008.

SANTOS, Sílvio Coelho do. **A integração do índio na sociedade regional: a função dos Postos Indígenas em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed da UFSC, 1970.

TOMMASINO, Kimiye. A ecologia dos Kaingang da Bacia do Rio Tibagi. In: MEDRI, Moacyr E. Et al. **A Bacia do Rio Tibagi**. Londrina, PR: M.E. Medri, 2002, p. 81-100.